



II Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco

Objetos de Investigação e Inserção Social

Recife, 1 a 3 de dezembro de 2008

A AUTONOMIA DA ESCOLA NO CENÁRIO EDUCACIONAL DE PERNAMBUCO: UM PERCURSO EM MEIO A OUTORGA E CONSTRUÇÃO

Luis Carlos Marques Sousa
(UPE/FFPNM)

RESUMO

Em meio a inúmeras temáticas que integram a problemática da educação pública brasileira, a autonomia da escola apresenta-se como um instigante tema investigativo, pois, desde suas primeiras formulações contidas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (datado de 1932) aos tempos atuais, ela vem sendo alvo de diferentes concepções e materializações. Ainda: na contemporaneidade, a partir de distintos projetos educacionais – o projeto educacional neoliberal e o projeto educacional emancipatório – ela se apresenta como um tema que vem ocupando bastante espaço nas políticas educacionais e, por outro lado, no cotidiano da escola, vem sendo alvo de intensas tentativas em vista da sua edificação. É, pois, nesse contexto que se situa o presente trabalho, sintetizando um processo investigativo que temos realizado em duas distintas e complementares etapas sobre a autonomia da escola pública no cenário educacional de Pernambuco. Na primeira etapa, caracterizando-se como uma pesquisa documental, buscamos investigar como ocorreu a implementação da autonomia escolar nas políticas educacionais dessa unidade federativa ao longo do período de 1995 a 2002, portanto em meio a distintas gestões de governo de Miguel Arraes, de 1995 a 1998 e de Jarbas Vasconcelos, de 1992 a 2002. Para a coleta dos dados, utilizamos o Plano Estadual de Educação/1996-1999, o Plano Estadual de Educação/2000-2009, o Plano plurianual 2000/2003, entre outros documentos da esfera federal que expressaram diretrizes de política educacional para o período seccionado (LDBEN 9394/96, Plano Decenal de Educação para Todos, Plano Nacional de Educação etc...). As análises apontaram para o entendimento de que, em Pernambuco, a implementação da autonomia da escola como diretriz de política educacional resultou da conjugação de determinações externas (dos eventos internacionais sobre educação, do Banco Mundial etc...), das políticas educacionais emanadas do modelo de Estado neoliberal implementado em nosso País ao longo da década de 1990 e, ainda, das determinações das forças sociais que integram o jogo de poder existente no cenário político local. Na segunda etapa analisamos como, na realidade concreta de quatro unidades de ensino da rede estadual vem sendo materializado o princípio da autonomia escolar. Para a coleta de dados utilizamos observação, entrevistas e questionários, atingindo um total de 531 pessoas. Os dados obtidos foram analisados à luz das categorias de democratização da escola, autonomia e participação bem como à luz do arcabouço teórico construído. As análises apontaram para a compreensão de que, mesmo em meio às concepções da autonomia escolar, presentes nas políticas educacionais de corte neoliberal, os atores sociais das escolas pesquisadas, ainda que com limites e fragilidades, vem encetando um processo de construção da autonomia escolar caracterizada por tomada de decisões coletivas em vista da implementação de ações administrativas, pedagógicas e financeiras, necessárias para a consecução das finalidades e objetivos as quais se propõem alcançar.

PALAVRAS-CHAVE: Política educacional. Democratização da gestão escolar. Autonomia da escola. Participação.